

# Juventude integralista à luz da imprensa partidária: considerações sobre a seção “Ergue-te, mocidade!”

Integralist youth and the party press: considerations on the section segment “Rise up, youth!”

**Milene do Carmo Gomes**

Mestranda em História

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

[milenegomes645@gmail.com](mailto:milenegomes645@gmail.com)

**Recebido:** 05/05/2025

**Aprovado:** 12/06/2025

**Resumo:** O artigo analisa as gramáticas e as atuações do Movimento Águia Branca na imprensa integralista do pós-guerra, com ênfase na seção “Ergue-te, mocidade!”, publicada no semanário de circulação nacional *A Marcha*. Institucionalizado sob a organização Confederação de Centros Culturais da Juventude (CCJ), o Movimento Águia Branca constituiu uma estratégia de intervenção político-cultural do integralismo brasileiro no contexto da redemocratização. Seu lançamento, em 1952, representou uma tentativa de angariar a juventude para a composição e renovação dos quadros políticos integralistas, consolidando um projeto político em meio à conjuntura democrática. Por meio de *A Marcha*, principal veículo do integralismo no pós-guerra, busca-se compreender os matizes das linguagens políticas mobilizadas, bem como a concretude das experiências dos “águias brancas” nas diferentes agremiações. A partir da seção “Ergue-te, mocidade!” - espaço de divulgação, doutrinação e propaganda dos Centros Culturais da Juventude - investiga-se o papel da juventude Águia Branca e sua relação com a imprensa partidária.

**Palavras-chave:** Movimento Águia Branca; Integralismo; Centros Culturais da Juventude.

**Abstract:** This article analyzes the discourses and actions of the Águia Branca (White Eagle) Movement within postwar Brazilian integralist press, focusing particularly on the “Ergue-te, mocidade!” (“Rise up, youth!”) section of the nationally circulated weekly *A Marcha*. Institutionalized under the Confederação de Centros Culturais da Juventude (Confederation of Youth Cultural Centers – CCJ), the Águia Branca Movement functioned as a political-cultural intervention by Brazilian integralism in the context of redemocratization. Launched in 1952, the initiative represented a strategy to recruit young people for the composition and renewal of integralist political cadres, thereby laying the groundwork for a political project within the democratic framework. Through *A Marcha*, the main integralist newspaper in the postwar period, this study seeks to examine the nuances of the political languages employed, as well as the concrete experiences of the “white eagles” within various youth associations. Using the “Ergue-te, mocidade!” section - as a material platform for dissemination, indoctrination, and propaganda of the Youth Cultural Centers - this article investigates the mobilization of the Águia Branca youth and its relationship with partisan press dynamics.

**Keywords:** Águia Branca Movement; Integralism; Cultural Youth Centers.

## Integralismo e fascismo: correlações, tensões e temporalidades

O integralismo brasileiro se constituiu como relevante expoente do pensamento político fascista no campo das extremas-direitas na história republicana brasileira. Às vistas de uma crise política característica das décadas de 1920 e 1930 no Brasil e no contexto internacional mais amplo, muitos países da Europa e da América Latina criaram formações políticas de caráter antiparlamentar, antiliberal e autoritário, organizações estas que impactaram a vida pública, alcançando, em alguns casos, o poder político (GRECCO; GONÇALVES, 2022). Na conjuntura nacional, desponta-se uma cultura política autoritária, marcada por novas formas de compreensão, interpretação e representação de mundo. Os integralistas, por sua vez, foram os maiores representantes em termos de pensamento e de práxis política fascista (FAUSTO, 2001), fundando, em 7 de outubro de 1932, a Ação Integralista Brasileira (AIB), chefiada pelo jornalista, escritor e político Plínio Salgado.

A AIB polarizou grupos autoritários, nacionalistas, conservadores, espiritualistas e totalitários, gestada por intelectuais, mas também, aglomerando operários, agricultores, profissionais liberais, além de pequenos e grandes proprietários (TANAGINO, 2018). Segundo Hélgio Trindade (1979), o integralismo brasileiro foi uma resposta à crise da Primeira República e às revoluções do início dos anos 1930, estando ligado às questões político-culturais contextualistas do período entreguerras. Essa correlação se tangencia na compreensão de que o fascismo, antes de se converter em uma força política propriamente dita, foi um fenômeno cultural de reação anti-iluminista, o qual incorpora uma cristalização ideológica que precede a acumulação de poder político, concedendo as bases para a ação política (STERNHELL, 1998). O fenômeno fascista, portanto, se constituiu como prática política e social transnacional, capitaneada por meio de redes e interações transfronteiriças, integrando diversos atores histórico-sociais e mobilizando domínios como a propaganda, a organização partidária e a representação pública (BAUERKÄMPER; ROSSOLINSKI-LEIBE, 2017).

Assim, a AIB se consolidou como primeiro partido de massas do Brasil (TRINDADE, 1979) e a organização fascista mais bem sucedida da América Latina nos anos 1930 (PINTO, 2021). O lançamento do ideário político integralista nessa circunstância histórica configurou uma série de perspectivas doutrinárias e atividades políticas para a militância do movimento, codificando e consubstanciando um paradigma do conhecimento indispensável na intervenção destes atores históricos ao longo das temporalidades. Segundo Pedro Tanagino (2018), o conceito de integralismo

incorporava um novo paradigma que suscitava um novo método de construção do conhecimento, muito além da legenda partidária da AIB. Isto é, o “ser integral” estava calcado em uma dualidade entre o materialismo e o espiritualismo, sendo um desígnio do “homem integral” “[...] atingir o domínio sobre a dialética da vida material e sobre a dialética das ideias na história, na filosofia e na vida social, para assim poder atuar e interferir na realidade [...]” (TANAGINO, 2018, p. 355).

De acordo com essa constatação, pressupõe-se que o integralismo enquanto movimento e método teórico-prático incorporou uma verdadeira cultura política angariadora de elementos comuns de identificação, tais como propostas, ritos, símbolos, memórias, mitos políticos, questões que agregam coerência e gramáticas de poder para intervir na vida pública. As culturas políticas têm por característica a designação de um conjunto de atitudes, normas e crenças partilhadas por membros de uma unidade social que tem como objetivos os fenômenos políticos, agregando agentes em um determinado contexto (ALMOND; VERBA, 1980). Elas permitem definir a identidade individual dos agentes históricos, que por meio de normas, tradições e valores constituem um “patrimônio indiviso”, expressando vocabulários, símbolos e gestos, formadores de um verdadeiro ritual (BERSTEIN, 1998).

Deste modo, o integralismo se circunscreveu no escopo de autenticar à militância e simpatizantes as identidades individuais e coletivas, proferindo dados-chaves na composição do itinerário político. Atravessado pela lente doutrinária e por grades de leitura do mundo social, tal horizonte moldou comportamentos e estabeleceu conectivos com as gerações de militantes integralistas pré e pós-guerra, uma vez que após o fim do Estado Novo<sup>1</sup>, os integralistas se organizaram em torno do Partido de Representação Popular (PRP), partido político criado em 1945 e que materializou as experiências e atividades destes atores na arena e no jogo democrático. Até 1965, o PRP foi o instrumento institucional de intervenção política dos integralistas, sendo extinto através da promulgação do Ato Institucional n.º2 (AI-2), aparelho de legitimação e implementação do bipartidarismo na ditadura civil-militar.

---

<sup>1</sup> As transformações institucionais marcadas pela instauração do Estado Novo via golpe em 1937, subsidiaram os rumos políticos do movimento integralista. No mesmo ano, Salgado criou a Associação Brasileira de Cultura (ABC), como forma de congregação da militância em uma associação cívica. Renato Dotta (2016) sinaliza que a transformação da AIB em ABC fez parte das manobras de Plínio Salgado no então espaço público reduzido, alegando que a mudança seria meramente de nomenclatura, pois o integralismo teria sido sempre um movimento de “caráter cultural”, mais do que político. Ou seja, a ABC foi organizada como sociedade civil, fomentadora do espiritualismo e do escopo cultural.

O prisma de atuação do PRP, portanto, recorreu às conjunturas históricas antecedentes, as quais, diacronicamente, influíram sob as configurações políticas do partido, que sob os tensionamentos entre escalas de radicalidade e abrandamento, portou-se como opção de poder no contexto do pós-guerra, oferecendo projetos políticos factíveis para militantes e simpatizantes. De acordo com Gilberto Calil (2001), a viabilidade democrática do PRP valeu-se de um processo de reorientação doutrinária, apresentando o movimento como “democrático”, principalmente em função da situação histórica emergente da Guerra Fria, o que ampliou os discursos e atividades de contraposição ao comunismo.

A estratégia, em conjunto com a ênfase na institucionalidade, permitiu a inserção do integralismo no sistema político, sobretudo pelas sociabilidades que o líder Plínio Salgado constituiu no autoexílio em Portugal durante seis anos (1939-1946). Em terras lusitanas, Salgado teve contato com a intelectualidade católica portuguesa, buscando desenvolver um discurso político de bases espiritualistas, fundamental para o estabelecimento do PRP (GONÇALVES, 2012). Enquanto líder político em mutação, o ex-Chefe Nacional da AIB se concentrou em atos políticos travestidos de religiosos, verdadeiras ferramentas para uma nova concepção política após o exílio, que coincidiu com o fim da Segunda Guerra Mundial e a consequente destruição dos regimes fascistas (GONÇALVES, 2012).

Leandro Gonçalves (2012) assinala que, com os desencadeamentos do fim do Estado Novo em 1945, Plínio Salgado efetiva a aspiração de retorno ao Brasil, mantendo a base organizacional espiritualista e uma versão “Plínio pós-guerra”. Prosseguindo em três possibilidades, o líder integralista buscou fortalecer sua identidade como intelectual católico, consolidar uma nova composição metodológica com bases na democracia cristã e articular politicamente seu retorno ao Brasil, visando a consolidação do PRP, tendo à vista o modelo salazarista. Em acordo com Gilberto Calil (2001), a recorrência constante ao espiritualismo foi uma das estratégias utilizadas na formação do PRP, funcionando como uma espécie de álibi comprovador do caráter democrático do integralismo<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Após o fim da AIB, as outras duas principais lideranças, Miguel Reale e Gustavo Barroso, não seguiram na militância do movimento. Reale enxergava a rearticulação integralista como perigosa para as possibilidades pacíficas de soluções dos problemas nacionais. Em 1941, se tornou professor catedrático da Universidade de São Paulo (USP), buscando reflexões teóricas e acadêmicas, rompendo com o integralismo (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020). Já Gustavo Barroso, embora tivesse forte discurso antisemita com acentuada radicalização política, obteve trânsito livre no Estado Novo, sendo um imortal da Academia Brasileira de Letras ao lado de Getúlio Vargas. Assim, sua relação com Plínio Salgado durou até 1945 (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020).

O processo de redemocratização após 1945, portanto, significou uma nova fase de respeito às normas mínimas da democracia formal (FICO, 2000), trazendo a ancoragem democrática representativa em consolidação (GOMES; FERREIRA, 2018). Na aurora do novo momento político, o Brasil se viu demarcado pelo crescimento do contingente populacional, tendo uma guinada na urbanização e industrialização. Uma ambientação político-cultural nova foi orquestrada, lançando as bases da experiência democrática, ainda que no escopo de limites e possibilidades. Algumas características indicam os avanços do período, tais como, eleições periódicas, disputas eleitorais, separação e harmonia entre os três poderes, liberdade de imprensa, pluralidade no debate público, ampliação da população votante, além, é claro, do pluripartidarismo (DELGADO, 2003).

Com a instituição do PRP em 1945, o afastamento de elementos abertamente fascizizantes como o uso de uniformes, o treinamento paramilitar e o juramento de fidelidade ao Chefe Nacional (CALIL, 2005) funcionou no progressivo abandono da radicalidade, exigindo a adoção de vocabulários políticos distintos para uma conjuntura social fortalecedora do ideário e de valores democráticos. Essa realidade mobilizou teias de imaginários e práxis hostis ao integralismo, compondo expressões de pensamento, memórias e ações de rechaço aos herdeiros do fascismo clássico, os quais modularam o discurso e as movimentações, potencializando a capacidade de disputas de poder efetivo na arena democrática do pós-guerra.

Isso se amalgamou na construção do passado integralista, notadamente associado ao nazifascismo do período entreguerras<sup>3</sup> e à tentativa de golpe em 1938, fomentando narrativas que atuaram como vetores de memória, que foram capazes de fixar na memória social representações negativas a estes atores (VICTOR, 2012). Em maio de 1945, os integralistas residentes no Brasil, sob a coordenação de Raymundo Padilha, representante do “Chefe Nacional”, publicaram a longa *Carta Aberta à Nação Brasileira* nos principais jornais do país. O documento se opunha às calúnias e criou uma crescente expectativa acerca das instruções que estariam sendo enviadas de Portugal por Plínio Salgado (CALIL, 2005). Na retaguarda contra as acusações de totalitários, os integralistas declararam que “A doutrina integralista, fundamentalmente cristã, sempre foi irredutivelmente contrária aos regimes totalitários [...].” (CARTA, 1945, p.3). Essa defesa se orquestrou em torno dos embates às correlações do integralismo com o fascismo, demonstrando um caráter “espiritual” do movimento, distinto da

<sup>3</sup> Um exemplo do radicalismo político se prescreve na personalidade do líder da AIB, Gustavo Barroso, que se pautava no antisemitismo de forma radical e conspiratória, culpabilizando a influência judaica no Brasil, que se associava ao núcleo econômico do capitalismo internacional (MAIO, 1992).

tônica materialista visivelmente imponente nos Estados totalitários fascista, nazista e comunista (CARTA, 1945).

A demonstração do uso público da categorização totalitária conectada ao materialismo esboça a estratégia do integralismo no pós-guerra de dissolução de caracteres fascistas e fascistizantes do seu pensamento político, além de amplificar o lócus da defesa espiritualista no programa em questão. Conforme a *Carta de Princípios e Programa* do PRP, a proposição se concentra em um Estado anti-individualista e antitotalitário, promovendo a subordinação do indivíduo ao Estado e subordinação do Estado a pessoa humana (SALGADO, 1955). Logo, com um projeto ancorado no campo das extremas-direitas de orientação nacionalista, espiritualista e anticomunista, sustentado na noção de uma “democracia-orgânica”, os integralistas no pós-guerra mobilizaram símbolos, ritos e linguagens políticas próprias da sua identidade, mediante um conjunto coerente de visão de mundo.

Assim sendo, segundo Rodrigo Christofoletti (2010), a trajetória política do PRP pode ser dividida em dois grandes momentos: de 1945 a 1955 (instituição partidária até campanha de Plínio Salgado à Presidência da República); e 1955 a 1965 (retomada das alegorias e celebrações do movimento até seus estertores). Nos dez primeiros anos, o partido buscou trocar suas vestes ortodoxas e amenizar o discurso, se apresentando como proposta partidária e alternativa democrática possível, atuando na retaguarda e nos bastidores da política nacional, pavimentando sua vida pública na reelaboração doutrinária e na ênfase na institucionalidade (CHRISTOFOLETTI, 2019). Um exemplo desta mudança foi a constituição simbólica da insígnia do partido ser um sino prateado envolto em um mapa do Brasil, diferente do “Sigma”, símbolo que marcou os tempos da AIB.

Essa caracterização na ambientação política tornou-se mais ofensiva principalmente a partir da candidatura de Plínio Salgado à presidência do executivo federal em 1955, episódio o qual obteve cerca de 8,3% dos votos, isto é, 714.379 votos válidos, a maior votação da história do movimento integralista (CHRISTOFOLETTI, 2010). Desde então, o partido apresentou um lento crescimento e uma estagnação eleitoral, esfacelando as bases de apoio da militância, que, imbuída no sentimento radicalizante, buscava uma intervenção político-social mais efetiva. Assim, visando motivar novamente os militantes insatisfeitos, engendrou-se um processo de retomada da simbologia dos anos 1930, sobretudo em função dos 25 anos de lançamento do movimento integralista, comemorado em 1957 e conhecido como *Jubileu de Prata* do integralismo. Nestas festividades, foram empreendidas forças para reintroduzir no cotidiano do militante um “[...] sistemático enaltecimento dos rituais, símbolos e

adereços integralistas anteriormente cultivados.” (CHRISTOFOLETTI, 2010, p. 37) tais como o cumprimento *Ananê!*, o símbolo *Sigma* ( $\Sigma$ ), as vestimentas militares esverdeadas, o hinário e as manifestações de apreço e subserviência ao chefe, Plínio Salgado, voltariam a ser teatralizadas em vários diretórios do PRP (CHRISTOFOLETTI, 2010).

Em termos de atuação partidária na arena democrática, o PRP pode ser compreendido no escopo de um partido “fiel de balança” (CARDOSO, 2015), já que seu apoio se tornou disputado na garantia do estabelecimento eleitoral de partidos maiores no cenário nacional, como foi no caso do processo eleitoral de 1958 no contexto sul-rio-grandense, momento em que firmaram-se alianças entre o PRP e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), garantindo a vitória de Leonel Brizola e a participação de perrepistas nos órgãos burocráticos do estado, além de vitórias nos executivo e legislativo municipais (CARDOSO, 2015). No pleito da arena democrática, o PRP articulou disposições de catalisação de forças, apoios e negociações na política nacional, compondo disputas reais na arena democrática, barganhando e aumentando a visibilidade na cena pública.

Os partidos, enquanto família política organizada para a conquista e exercício do poder, possibilitam o compartilhamento de um sistema de crenças por militantes, membros e eleitores, selecionando elites políticas, mobilizando massas, difundindo ideologias e organizando a estruturação social (BERSTEIN, 2003). Tais arranjos corroboram na institucionalidade de redes, ancoragens e estruturas que apresentam as teias do mundo social em suas múltiplas matizes, projeções e aspirações, representadas, de modo formal, pelos partidos políticos. Na trajetória perrepista, configurações políticas diversificadas, complexas e incoerentes foram vistas, amalgamadas nas articulações com o sistema político durante todo o contexto democrático. O PRP, portanto, foi uma opção de poder factível para sua militância, simpatizantes e grupos sociais diversos, já que se estabeleceu como um partido nacional.

Atuando como representante do integralismo brasileiro, o PRP partilhava de diversos canais de consolidação das culturas políticas, incorporando formas de compreensão, interpretação e representação de mundo alicerçadas na doutrina integralista, como os jornais, os diretórios do partido, as agremiações vinculadas à Confederação de Centros Culturais da Juventude (CCJ), os núcleos operários vinculados à União Operária e Camponesa do Brasil (UOCB), além das diversas redes de sociabilidade como as famílias e àquelas instituídas nas relações entre os militantes. Tais espaços, esboçam a afirmação de que as culturas políticas são disseminadas nos múltiplos canais de difusão

cultural, afirmando um clima cultural e uma impregnação política (BERSTEIN, 2009). A partir do comungar de gramáticas coesas na leitura da realidade e na proposição de aspirações concretas compostas por significados semelhantes, os agentes integralistas, apesar dos limites de atuação na esfera democrática e o reduzido apoio e adesão (se comparados aos tempos pregressos da AIB), pavimentaram possibilidades organizacionais práticas de aglutinação do ideário político.

A disseminação dos conceitos e ações políticas próprias da arquitetura político-cultural do integralismo ocupou mobilizações institucionais diretas ou não, garantindo a sobrevida do movimento no processo histórico republicano na aura da Guerra Fria. Odilon Caldeira Neto (2022) evidencia que o partido se prescreve em uma desfascistização aparente, haja vista que seu ideário político incorporava referenciais do contexto do fascismo clássico. O horizonte inaugurado com a democracia representativa em 1946 incorporou paradigmas dissonantes do constructo integralista enquanto lente analítico-doutrinária. A militância de concepções ferventes e vultosos anseios de intervenção real, penetrou-se nos parâmetros da cultura política democrática majoritária, realocando suas redes e canais de interação, atuando em condições limítrofes para o estabelecimento eficaz do projeto político integralista.

Ao passo que a configuração partidária afirmou as nuances próprios do sistema político, isso não significou um esfacelamento da cultura política integralista, mas uma reorientação capilarizada pela temporalidade histórica em questão. De acordo com Daniel Cefai (2001), o contexto de experiência e atividade dos atores sociais colaboram na compreensão das culturas políticas, tendo em vista a inserção dos agentes em uma seara de interação, condicionada por estruturas de pertinência, além de quadros interpretativos e pragmáticos que influenciam as suas escolhas. As explicações subsidiaram os aparelhos de habitação e o *modus operandi* dos integralistas, que mesmo com as fronteiras estabelecidas pela consolidação democrática, gestaram meios de exercer o poder político, processo apreendido na imprensa periódica do partido ou na divulgação das ações extrapartidárias.

Sendo assim, inferem-se as intrínsecas correlações com a doutrina sistematizada nos anos 1930 e corporificada na AIB, exibindo a força política continuada do pensamento integralista e o seu atravessamento na concreta experiência das gerações de militantes. Através das chaves de inteligibilidade agremiadas em torno da sigla PRP e suas atividades paralelas, o integralismo no pós-guerra operacionalizou com amalgamas indispensáveis na coordenação e orientação que concedeu identidade aos seus agentes. De forma materializada, o jornal *A Marcha*, semanário de alcance nacional

editado entre 1953 e 1965, atuou na elevação do itinerário dos integralistas, demonstrando a atuação do PRP no Brasil, além de programas, notícias e atividades. Uma das principais linhas de frente deste periódico foi a divulgação da Confederação de Centros Culturais da Juventude (CCCJ), ou Movimento Águia Branca, organização lançada em 1952 a fins de acoplar a juventude por atribuições políticas e culturais. Esse conjunto, habitado pela imprensa e os chamados “águias brancas”, foi profundamente relevante na práxis integralista nos anos 1950 e 1960, demarcando um território composto por sociabilidades, trocas e conexões.

### **O jornal *A Marcha* e o Movimento Águia Branca: conexões com a imprensa partidária**

Lançado em fevereiro de 1953, o jornal *A Marcha* foi o veículo de circulação periódica nacional mais relevante para os integralistas durante toda a trajetória do pós-guerra, sendo um órgão de imprensa oficial do PRP. Segundo Ana Paula Ribeiro (2000), a década de 1950 foi atravessada por profundas transformações no jornalismo brasileiro, principalmente pela influência do modelo estadunidense, que provocou a modernização das empresas e dos textos, a profissionalização dos jornalistas e a constituição de todo um ideário sobre o que era o jornalismo e qual era a sua função social. A este processo, assinala-se a passagem do jornalismo político-literário para o empresarial (RIBEIRO, 2000), notadamente em um contexto histórico marcado por linguagens e vocabulários políticos como “modernização” e “desenvolvimentismo”, além das marcas de poderio e exportação dos Estados Unidos no cenário da Guerra Fria.

Neste contexto, a produção intelectual foi profundamente marcada pelo debate de ideias políticas, pelo anticomunismo, pela elaboração de projetos de desenvolvimento e pela ideologia do *nacional-desenvolvimentismo* (ABREU, 2008). A influência da imprensa francesa foi dominante desde o princípio da imprensa brasileira até a década de 1960, sendo gradativamente substituída pelo modelo norte-americano, com contornos objetivos e impessoais, ao passo que a francesa se destacava pela marca combativa, doutrinária, crítica e opinativa (ABREU, 2008). Assim, com o desenvolvimento do capital e da indústria nos anos 1950, o setor cultural alavancou-se, e a imprensa pôde receber maiores investimentos do setor publicitário, tendo início, no Brasil, a implantação de grandes agências de publicidade nacionais e estrangeiras, havendo diversos tipos de anúncios nos jornais (ABREU, 2008). Apesar do inaugurado olhar “objetivo” e “impessoal” que fomentou as produções jornalísticas dos

anos 1950, o teor político nunca desapareceu da imprensa. Muito pelo contrário, o político exerceu papel fundamental e estrutural na dinâmica periódica (RIBEIRO, 2000).

Por conseguinte, visando consolidar um jornal efetivamente político e partidário, cristalizando as relações entre política e imprensa, os integralistas promoveram ao longo de 1952, uma campanha nacional composta por rifas e doações para lançar, em fevereiro de 1953, o mais importante e longínquo periódico do pós-guerra, o semanário *A Marcha*. O jornal circulou nacionalmente entre 1953 e seguiu sendo editado até setembro de 1965, completando 473 edições lançadas, com uma interrupção entre janeiro de 1963 e setembro de 1964, ou seja, foram quase dez anos de periodicidade semanal ininterrupta (CALIL 2017)<sup>4</sup>. Nesse empreendimento, muitos esforços foram realizados para a manutenção do periódico por meio da arrecadação de recursos, sobretudo o capital vindo de grandes grupos econômicos, que teriam a publicação do horizonte anticomunista veiculado nas páginas da imprensa integralista como forma de recompensa (CALIL, 2017).

Rogério Victor (2012) indica que além dos aspectos doutrinários do integralismo, havia espaço para a divulgação das atividades partidárias, as convenções e participações nos governos estaduais e municipais, informes sobre a gestão de prefeituras, sobre a posição da bancada federal nos principais debates nacionais, bem como amplo espaço para a cultura, abrangendo cinema, rádio, esporte, livros e revistas. Identificado como “Semanário de Cultura e Ação”, *A Marcha* fomentou discussões simbólicas e culturais no contexto de amplo florescimento da indústria cultural brasileira, inferindo percepções acerca da historicidade e da formação nacional, aspectos notadamente debatidos no horizonte do periódico.

Além disso, *A Marcha* atuou na solidificação das relações entre a ação política e a imprensa, notadamente acentuado para a propagação dos projetos políticos e a atuação partidária perrenista no território nacional, incorporando o forte teor anticomunista, típico do discurso integralista. A predisposição com assuntos relacionados à implementação das agremiações vinculadas à *Confederação*

---

<sup>4</sup> Segundo Gilberto Calil (2017), a propaganda excedia os quadros da militância integralista, e antes mesmo do lançamento oficial, os diretores solicitaram aos diretórios regionais listagens de bispos, secretários de Estado, dirigentes de autarquia, comandantes da região e guarnições militares, para que todos eles recebessem o jornal como cortesia. Em um levantamento, o pesquisador constatou que a publicidade paga foi a principal fonte de recursos do semanário, recebendo apoio de diversas empresas de grande porte, tais como empresas de aviação, bancos, fabricantes de cosméticos, remédios e produtos de higiene, além de empresas alimentícias, mecânicas, imobiliárias, comerciais e hoteleiras, entre outras.

de Centros Culturais da Juventude (CCCJ) obteve espaço indispensável nas páginas do periódico, uma vez que o referido “Movimento Águia Branca” foi a organização mais relevante e abrangente criada pelos integralistas no pós-guerra<sup>5</sup>. O semanário mapeou a difusão e divulgação das notícias e produções intelectuais da juventude vinculada à CCCJ, traçando a expansão deste movimento em seções específicas, como foi o caso de “Ergue-te, mocidade!”, segmento editado entre 1953 e 1959.

O Movimento Águia Branca reuniu nos seus quadros jovens dos mais diferentes matizes com objetivos reais de promover a formação intelectual, política e doutrinária dos chamados “águias brancas”. Criada em 1952, a CCCJ foi uma entidade nacional organizada e lançada por Plínio Salgado, reunindo em suas vias institucionais os Centros Culturais da Juventude e Grêmios Culturais, representações da intervenção extrapartidária do PRP entre 1945 e 1965. As agremiações capitaneavam um “[...] grupo de moços estudos que se reúnem a fim de estudarem os problemas sociais, econômicos, ou culturais da Nação [...]” (KAUTZMANN, 1953, p.3), visando “[...] preparar os moços para uma vida pública virtuosa e nobre, baseadas nos princípios cristãos e no amor à Pátria, em contraposição ao materialismo que hoje desfibras novas gerações.” (CATÁSTOFRE, 1953, p.5).

As prerrogativas estabelecem a forte incumbência aos estudos e disposições de cunho intelectual, cristalizando, em cada agremiação, a efetiva atividade sistematizada nos diversos encontros, palestras, cursos, comemorações cívicas, lançamento de manifestos públicos, edição de boletins, jornais e revistas, promoção de peregrinações a lugares históricos e a realização de concentrações, comícios e congressos, bem como a disputa de entidades estudantis. Os águias brancas eram assim conhecidos em função da águia representar a determinação, a coragem, a astúcia e a altivez de sobrevivência em territórios hostis, tônica operante aos membros da CCCJ. Ademais, o batismo fazia contraposição à pecha negativa de “galinhas-verdes”, expressão que os integralistas ficaram conhecidos nos anos 1930.

Apesar da ancoragem adicional à ação propriamente partidária, a CCCJ foi orientada pelo direcionamento do seu líder e Presidente de Honra, Plínio Salgado. Mediante um discípulado, a

<sup>5</sup> De acordo com Renato Dotta (2017), a juventude sempre foi um alvo propagandístico do integralismo brasileiro. Desde os anos 1930, buscou-se mobilizar a juventude enquanto instrumento de doutrinação, visando institucionalizar e controlar o desenvolvimento intelectual dos jovens, já que estes, por sua vez, cristalizariam o futuro arcabouço ideológico e político do movimento integralista (SANTORUM, 2018). Em outras palavras, os jovens não eram somente o alvo, mas o caminho pelo qual as lideranças buscavam a instauração do Estado Integral, efetivando a matriz revolucionária em sua prática. Nesse sentido, Dotta (2017) aponta que os estudantes, em particular, foram indispensáveis nas atividades dos integralistas no pós-guerra. O I Congresso de Estudantes do PRP em 1948, na cidade de Campinas-SP, pode ser interpretado como a semente da organização da CCCJ (DOTTA, 2017), indicando a tendência integralista às mobilizações intelectuais e juvenis.

juventude correspondeu aos comandos do “apóstolo da nacionalidade”, que há quase um quarto de século, buscava conceder à nação uma elite dirigente, difundindo uma nova mentalidade (BERALDO, 1956, p.5). O chefe dos integralistas legitimava a criação dos Centros Culturais da Juventude pela grade de leitura doutrinária espiritualista e nacionalista, encontrando no cotidiano das agremiações os referenciais intelectuais necessários para o direcionamento da ação política, mobilizando arcabouços teórico-filosóficos formadores de certa coerência de pensamento e práxis. Desta forma, o horizonte das atividades pautava-se no sentido “cristão e da brasiliade”, conforme expôs o líder:

Forjar essa geração - eis o que o Brasil precisa. Esse o motivo da fundação em todo o país, dos Centros Culturais da Juventude, filiados à Confederação, que lhes dá unidade, dentro da mesma linha de direção filosófica. Nesses centros se organizam bibliotecas, estimulando-se a leitura dos grandes pensadores do nosso tempo; realizam-se cursos de filosofia, sociologia, história, doutrinas econômicas, geografia; promovem-se conferências sobre temas de interesse humano e nacional; comemoram-se as datas importantes da História Brasileira; estudam-se as personalidades dos nossos estadistas, filósofos, pedagogos, economistas, militares, artistas, prosadores e poetas; - e mais do que tudo nesses grêmios se procura criar a mística das virtudes, dos sacrifícios, dos heroísmos, num sentido cristão e consoante os sentimentos mais puros de brasiliade. (SALGADO, 1957, p. 109-110)

A instituição dos Centros Culturais da Juventude no Brasil incorporou contornos doutrinários clarificados no sentido de representação, defendidos nas correspondências de Plínio Salgado. O apelo à propagação de bases filosóficas e históricas no estabelecimento das agremiações do Movimento Águia Branca revelam a matriz que ordenou o acionamento na formação da nação, suscitada na leitura de um componente espiritualista do mundo. Eis a chamada “fórmula” de construir integralmente o Brasil: o nacionalismo-cristão (ROCHA, 1953, p.2), componente crucial na abordagem dos aspectos fomentados no Movimento Águia Branca.

Na situação histórica em evidência, as juventudes consolidaram expressividade nos movimentos de caráter político-social e cultural, ganhando relevo enquanto categoria histórica e social, processo notadamente associado às transformações da indústria cultural nas décadas de 1950 e 1960. As juventudes então se consagram como realidade social historicamente construídas, tornando-se uma representação sócio-cultural e uma situação social. (GROOPPO, 2000). Em outras palavras, a juventude é uma “[...] concepção, representação ou criação simbólica fabricada pelos grupos sociais, ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos.” (GROOPPO, 2000). É nessa fase em que os indivíduos definem sua própria identidade

enquanto ser social, constituindo-se como um campo de disputa para as sociedades, interessadas nas possibilidades de moldagem de identidades a serviço dos seus interesses (BOURDIEU, 1983).

Na realidade sócio-histórica do Brasil, é na miríade do contexto do pós-guerra com a reconstrução dos valores abalados pelo segundo conflito mundial, que surgem novos comportamentos em acordo com o nascimento da indústria cultural voltada para jovens, questão que está imersa no contexto mais amplo de florescimento de um conjunto de representações simbólicas em torno da formação da moderna indústria cultural brasileira (NAPOLITANO, 2001). A fermentação cultural a qual o Brasil se consubstanciou a partir dos anos 1950 influenciou o comportamento das mais diversas juventudes, incluindo a juventude integralista, que partilhava de um corpo intelectual, artístico e político atravessado pela imbricação entre cultura e política no seio da nascente cultura de massas, com características abertamente concernentes ao ideário do integralismo.

À vista de tais inferências, o jornal *A Marcha* tratou de orquestrar publicamente os vocabulários e gramáticas para os águias brancas, uma vez que o empreendimento foi o mais notável para os agentes na nova conjuntura histórica. Por meio da seção “Ergue-te, mocidade!”, arcabouço material de efusão do ideário integralista e das notícias sobre o funcionamento dos Centros Culturais da Juventude, a imprensa partidária materializou o discurso político aos jovens, aglutinando ação política e doutrina em um compilado editorial que circulou entre 1953 e 1959 nas páginas do semanário, sendo, portanto, um objeto factível e pioneiro de doutrinação, divulgação e propaganda do Movimento Águia Branca.

A seção funcionou na identificação do valor primário e incipiente de formação dos Centros Culturais da Juventude no início dos anos 1950 e sua circulação reforçou a convocação da juventude para integrar-se ao Movimento. Os leitores de *A Marcha* puderam acompanhar de modo sistemático a ampliação da empreitada e o vocabulário político integralista enunciado para o público mais jovem durante boa e maior parte da existência do PRP. Para o líder Plínio Salgado, a juventude constituía “[...] o penhor mais sagrado da Pátria!” e somente dela “[...] dependia o futuro da nação.” (SALGADO, 1964, p.5). A força deste discurso político notabilizou e muito justificou a sobrevida do integralismo no contexto pós-estadonovista, acionando o erguimento do jovem para estabelecer sua missão na nacionalidade brasileira.

De forma incipiente, “Ergue-te, mocidade!” orientou a sistematização editorial do jornal *A Marcha* no que tange às notas sobre o funcionamento dos Centros Culturais da Juventude. As lideranças responsáveis por publicar estas informações, aspiravam propagandear, difundir e expandir a

empreitada e, ao mesmo tempo, estimular exemplarmente o desenvolvimento de cada entidade, fomentando as trocas, empréstimos e sociabilidades entre agentes e organizações. Isso viabilizou uma conexão que acomete a vida afetiva e ideológica, estreitando os laços e paixões políticas no que Jean-François Sirinelli comprehende como “pequeno mundo estreito” (SIRINELLI, 2003).

Tomando como instrumento o discurso da história nacional atravessada por narrativas de origens, que enraízam os privilégios de um grupo humano em um solo invocando sua autoctonia e narrativas de fundação, que encenam um início absoluto fundante na realidade da nacionalidade (HARTOG; REVEL, 2001), os águias brancas pavimentaram usos políticos do passado a partir da impregnação com a narrativa conquistadora bandeirante. A expansão do Movimento era identificada por meio de “bandeiras”, amálgama motivador da circulação dos membros entre agremiações, possibilitando a implementação dos Centros Culturais da Juventude em diversas localidades, trocas intelectuais e políticas, além de influências codificadoras da realidade social dos atores.

É o caso, por exemplo, da “Bandeira Jaguaribana”, ação formada por associados do *Centro Cultural Francisco José do Nascimento*, de Aracati-CE, do *Centro Cultural Clóvis Beviláqua* e *Centro Cultural Capistrano de Abreu*, ambos de Fortaleza-CE, que partiram da cidade de Aracati e foram rumo à Limoeiro do Norte e Russas, municípios no interior cearense, trabalhando na fundação do *Centro Cultural Padre Valdevino Nogueira* e no *Centro Cultural Dom Lino Rodrigues de Carvalho*, respectivamente (FUNDADOS, 1954, p.5). Do mesmo modo, a interação entre as entidades pode ser capturada na “Bandeira Vidal de Negreiros”, que objetivou realizar “[...] propaganda e organização de novos núcleos ‘Águia Branca’.” (SURGE, 1954, p.5), orientada pelos jovens paraibanos e que desencadeou na criação do *Centro Cultural Padre Rolim*, em Cajazeiras-PB.

Por outro lado, tais “bandeiras” incorporaram um uso político do passado colonizado brasileiro, estando diretamente vinculadas à experiência nacional. Nessa apropriação discursiva, a performance sob o vocabulário político opera sobre um contexto social específico, carregando camadas de linguagens que influenciam as ações coletivas e individuais da juventude águia branca, ao mesmo tempo, em que concedia insígnias de atividade teórico-prática na CCCJ. As “Bandeiras Nacionalistas” (BANDEIRAS, 1953, p.5) no Rio Grande do Sul notabilizaram este horizonte de apego à dimensão de formação da nacionalidade, já que os trabalhos das agremiações gaúchas eram consonantes com o nacionalismo enunciado. As atividades “bandeirantes” operavam, portanto, na significação de uma concepção histórica que iluminava as iniciativas destes Centros Culturais,

traduzidas em conferências, congressos, cursos e sociabilidades diversificadas na realidade íntima de cada entidade, bem como nas trocas e referenciais entre organizações e associados.

“Ergue-te, mocidade!” aludia às práticas organizativas como elemento modelador e autêntico para dinamizar a entrada de mais jovens neste empreendimento, visando ordená-los em uma comunidade intelectual tangenciada por relações políticas e culturais. Para solidificar este relacionamento e averiguá-lo, membros relevantes do Movimento se dispunham a lançar as bases das organizações, como Ivo de Andrade, líder águia branca baiano que percorreu as cidades de Ilhéus, Cachoeira, Feira de Santana e Serrinha (IVO, 1953, p. 5) e Hélio Rocha, vice-presidente da CCCJ que atuou na região sul do estado mineiro em cidades como Varginha, Poços de Caldas, Caldas, Itajubá e Cambuquira, fundando novas organizações e proferindo conferências (HÉLIO, 1954, p. 5).

Desse modo, as influências entre organizações dependiam diretamente de açãoamentos institucionais relevantes para uma vivência cultural e política ativa, possibilitando intercambiar contatos e referenciais entre os agentes e as entidades. O *Centro de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (CEPES)*, do então Distrito Federal, foi assinalado pela sua relevância: “Excelente exemplo a ser imitado por todos os centros é o intercâmbio cultural que o CEPES do Distrito Federal vem mantendo com todo o País” (INTERCÂMBIO, 1953, p. 5). Esta entidade recebeu cartas-relatórios de membros de diversas agremiações e foi reconhecida por cristalizar a melhor forma de intensificação dos ritmos de atividades, fomentando “o congraçamento entre jovens destinados a reconstruir a Pátria dos escombros em que a estão reduzindo, nos dias que correm.” (INTERCÂMBIO, 1953, p. 5).

A personalidade de Plínio Salgado enquanto Presidente de Honra mostrava sua autoridade, devendo ser reconhecido político e intelectualmente como figura superior, influenciador máximo dos águias brancas. Recuperando a historicidade do discurso político de Salgado do contexto da AIB, a juventude era açãoada a “atualizar o espírito” e cumprir o destino histórico da nação, apelo que precisava ser tomado de forma literal, se referindo a seguir o pensamento cristão e nacionalista, bandeiras sintetizadas maximamente pela obra de Plínio Salgado (CONFEDERAÇÃO, 1954, p. 5). Isso colaborava com o início da grande epopeia dos Centros Culturais da Juventude, pavimentando, por meio do ideário integralista corporificado nas concepções de Plínio Salgado, atividades e práticas norteadas por princípios.

O aspecto doutrinário integralista cooptou as juventudes ao ideário comum, enredando representações, que incorporam nos indivíduos, sob a forma de esquemas de classificação e juízo, as

divisões do mundo social, exibindo a identidade social e as forças políticas, sendo sempre disponibilizadas a partir de um campo de concorrências e de competições cujos desafios enunciam-se em termos de poder e de dominação (CHARTIER, 1990). Nesse caso, a empreitada encontrou nas páginas de *A Marcha* o lócus de enunciação favorável a disseminar, difundir e propagandear o Movimento, com objetivos centrados na elevação da nação:

Se, até então, ninguém cuidava de lhes inculcar estas reservas de verdadeiro equilíbrio, hoje em dia os Centros Culturais da Juventude estão a incutir os ensinamentos de civilidade, as doutrinas sadias da moral e do civismo - pela voz dos seus guias, pelos ensinamentos de seus mestres. E ninguém em boa fé poderia negar que os discípulos de Plínio Salgado, moços de fibra, em todos os quadrantes não estão realizando uma sementeira grandiosa que há de florir e frutificar em benefícios para o Brasil. Resta exclusivamente que a juventude não se conserve na apatia e cada dia mais engrosse as legiões que se vão multiplicando pelo território nacional. Que os Centros se multipliquem pois são eles a salvação da Juventude, a qual um dia realizará a grande marcha [...]. (MOREIRA, 1953, p.4)

Sendo um espaço de conexões, trocas e sociabilidades, os Centros Culturais da Juventude promoveram uma movimentação entre organizações, agentes e aspectos doutrinários. Em cada agremiação, apesar do espaço dedicado aos estudos intelectuais, o escopo moral e do civismo pavimentou as atividades, direcionadas por um sistema de pensamento coerente, capaz de conceder referenciais e interpretações. A sustentação dessa empreitada se baseou na afirmação das projeções que elevaram a nação, tratando de mobilizar, na ordem das gramáticas, posições que problematizaram a dimensão do esfacelamento nacional, que deveria ser revolucionariamente atravessado pela atividade dos águias brancas. Ou seja, ao seguir sua “base filosófica imutável” (SOUZA 1956, p. 7), a juventude encontrou no integralismo a exibição da força política necessária para transformar o panorama decadente do Brasil, afetado e influenciado pelo comunismo.

O apelo direcionado aos jovens, que inseridos na seara de dissolução da nação pela agência do comunismo, arregimentou as finalidades de lançamento do Movimento Águia Branca. A Confederação teve por fundamento a criação de uma “Grande Pátria”, uma nova civilização antiburguesa, logo anticomunista, já que “[...] o comunismo nada mais é que um produto do espírito da burguesia que domina em todos os setores da existência humana.” (SALGADO, 1956, p. 4). O discurso se enquadrou em um campo de ascensão e pertinência das juventudes emergentes no processo de modernização e insurgência da indústria cultural enquanto motor do desenvolvimento do capitalismo internacional. As estratégias políticas dos integralistas de angariar a mocidade como atores históricos potentes nos

programas de intervenção do pós-guerra tornaram-se evidenciadas com o lançamento do Movimento Águia Branca em outubro 1952, ou seja, 20 anos após a publicação do *Manifesto de Outubro* da AIB, documento que pode ser identificado como “certidão de nascimento” do integralismo brasileiro (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020).

Essa relação imbrica a dimensão simbólica que circula nos componentes das identidades e identificações dos grupos políticos. Segundo Pierre Bourdieu (1988), o poder simbólico constrói a realidade, estabelecendo uma ordem gnosiológica, isto é, um sentido imediato de mundo, que opera na representação da realidade dos sujeitos. No campo de quadros interpretativos, a criação dos Centros Culturais da Juventude também significou um posicionamento combativo, tendo em vista a alarmante conjuntura de “táticas e infiltrações dos comunistas”, constatação suficiente para levar os águias brancas a reerguer a nação do atoleiro e abrir os olhos enquanto havia tempo (MARIA, 1954, p. 2).

Essas relações apontavam para o caráter profundamente indispensável da imprensa partidária enquanto lócus de provação e convite aos jovens águias brancas, a fim de que esse Movimento operasse de um modo político e cultural fundamental na circunstância em questão. A seção “Ergue-te, mocidade!” atuou como espaço periódico de ação e doutrina e como código simbólico conectado à representação social do político. O segmento inferiu um horizonte que aloja a juventude no programa integralista do futuro, conectando ideias salvacionistas de fundo espiritual e moral atreladas ao destino nacional. A juventude era convocada a ocupar com força e vigor os quadros da vida política brasileira:

Neste momento decisivo em que o Homem, por uma consequência lógica dos fatos e dos tempos, vai decidir o seu destino, cabe a nós, mocidade de todos os quadrantes, dar o grito de alerta, acender a chama da Fé e com suas forças vivificadoras, iniciar a Marcha Final. Chega de indecisão! Chega de temor! Chega de covardia! Após a geração dos indecisos e fracos, a geração dos decididos e fortes! A mocidade precisa conjugar-se nos laços indestrutíveis do saber a fim de que, com espírito superior, possa ser a guia dessa epopeia gloriosa que ficará nos anais da história! Ergue-te, mocidade! A Pátria de há muito reclama a tua presença! O mundo oprimido e sofredor clama angustiado pela tua ação salvadora! [...]. (AQUINO, 1953, p. 5).

O estímulo ao protagonismo dos moços na transformação social ilustrava um cenário de crise e decadência do homem e da realidade coletiva e institucional, prezando pela formação geracional forte e determinada. Isso possibilitaria a efetiva e articulada “Marcha Final”, assumida pela mocidade de espírito superior, que seria capaz de redimir o horizonte de deterioração dos valores espirituais e morais da nacionalidade. Desta feita, a juventude seria então a mestra na execução dos projetos de uma nação pujante e engrandecida, sendo evocada com recorrência e primazia no discurso político de *A Marcha*.

O apelo constituía-se por aparatos discursivos convergentes ao ideário político integralista e o notável “Ergue-te, mocidade!” reafirma o propósito de construção da pátria pelos águias brancas e esboça o recorrente chamado destes atores sociais a tomar as frentes dos quadros nacionais.

Por outro lado, “Ergue-te, mocidade!” também opera com a dimensão simbólica no bojo da cultura política integralista, agregando um sentido tangenciado pelo palco de atividade e atuação disseminada nos Centros Culturais da Juventude. Enquanto locais de fermentação intelectual para os jovens, executavam a verídica “salvação da juventude”, sendo, portanto, o alvo de expansão e propaganda em “Ergue-te, mocidade!”. Nesse sentido, a ampliação do Movimento Águia Branca tornava-se uma aspiração ardilosa e estratégica: “Que os Centros se multipliquem, pois são eles a salvação da Juventude, a qual um dia realizará a grande marcha [...]” (MOREIRA, 1953, p.4).

A cristalização da mocidade enquanto futuras lideranças conjecturava-se em um espectro de marchar continuamente e compor as agremiações da Confederação, linguagens que eram abertamente disseminadas no periódico *A Marcha*, e principalmente na seção “Ergue-te mocidade!”. Sendo assim, a “elevação” da mocidade perpassava a formação nos Centros Culturais da Juventude, instrumento político e intelectual autêntico, presente em diversas partes do território nacional. Essa realidade compunha então o vocabulário linguístico integralista no segmento analisado, coabitando tanto com os instrumentos empreendidos para capitanejar os jovens, como com a situação histórica e social real de solidificação da vida política integralista do pós-guerra.

## Considerações Finais

A habitação do integralismo e sua respectiva intervenção no pós-guerra foi associada diretamente ao escopo partidário da trajetória do PRP, todavia, seu instrumento político-cultural extrapartidário e de maior relevância exibia-se na empreitada da CCCJ. Em consonante, justificava-se o espaço significativo para a juventude integralista nas páginas do principal jornal do pós-guerra, incorporando o valor dos águias brancas no discurso político, o qual, por meio de performances linguísticas, conecta-se ao contexto e realidade social. O cenário, por sua vez, ligava-se então às atividades dos Centros Culturais da Juventude, notadamente impregnadas em “Ergue-te, mocidade!”, seção que comissionou o panorama dos trabalhos desenvolvidos pelas agremiações, sendo

indispensável para a compreender as sociabilidades que explicam as trocas, conexões e influências exercidas entre os Centros e Grêmios Culturais.

O corpo doutrinário do integralismo norteava, portanto, a dilatação dos Centros Culturais da Juventude e o contexto de experiência e atividade dos atores sociais, que, entre trocas, conexões e influências, partilhavam da cultura política integralista. As culturas políticas se anexam na dinâmica pública e social, podendo ser consideradas pelas redes de sociabilidade que explicam a coesão dos grupos que partilham de determinada cultura política, considerando a diversidade de sua natureza, a frequência de suas reuniões, os temas de seu interesse e as modalidades de seu funcionamento (BERSTEIN, 2009). Essas redes de sociabilidade são atravessadas pelo afetivo e o ideológico, compondo um “pequeno mundo estreito” e envolvem ambientes que atuam como distintivos dos atores sociais, as “estruturas de sociabilidade”, que exercem atividade relacionada com a elaboração de ideias, princípios, diagnósticos e receituários sobre os assuntos públicos (SIRINELLI, 1986).

Isso permite considerar além dos espaços físicos, assumindo as relações dos atores históricos com o mundo, que se formam através de estratificações e formação de redes. No caso integralista, “Ergue-te, mocidade!” pôde estreitar os laços entre o espaço público do semanário e a doutrina enunciada, com a ação e pensamento dos atores históricos nas esferas individual e coletiva. A imprensa partidária balizou, portanto, o discurso político à mocidade, capturando de forma sistemática e contínua a dinâmica dos Centros Culturais da Juventude.

A movimentação entre as organizações, agentes e doutrina desencadeou nos fluxos e intercâmbios vitais para a difusão da CCCJ e consequente disseminação do integralismo no tecido social, por meio de conexões intelectuais e políticas. A seção comissionou o funcionamento e expansão dos Centros Culturais e atuou como um compilado de fomentação de propaganda e das atividades de cada agremiação, que entre particularidades, conexões e trocas, aglutinaram diversos jovens em seus quadros, avançando em um horizonte de propagação de ideais e concepções comuns. Nesse sentido, “Ergue-te, mocidade!” incorporou um discurso doutrinário consubstanciado no integralismo, que prezava pelo jovem enquanto futura liderança política, ancorando-se, sobremaneira, nas bandeiras do espiritualismo e do nacionalismo.

## Fontes periódicas:

AQUINO, João Lindemberg de. A Marcha Final. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 03 jul. 1953, n.º20, p.5.

BANDEIRAS Nacionalistas em várias regiões gaúchas. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 10 jul. 1953, n.º27, p.5.

BERALDO, Inácio. O vôo da águia. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 27 abr. 1956, n.º152, p.5.

CARTA Aberta à Nação Brasileira. A extinta “Ação Integralista Brasileira” no tribunal da opinião pública. **A Noite**, Rio de Janeiro, 07 mai. 1945, n.º11935, p. 3.

CATÁSTROFE na cultura do povo brasileiro. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 01 jun. 1956, n.º157, p. 5.

CONFEDERAÇÃO de Centros Culturais da Juventude-Nota Oficial n.4. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 13 ago.1954, n.º76, p.5.

FILGUEIRAS, Ary. Juventude, essa inquietação em marcha. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 06 set. 1957, n.º221, p.4.

FUNDADOS pela "Bandeira Jaguaribana" os Centros Culturais de Limoeiro do Norte e Russas (Ceará). **A Marcha**, Rio de Janeiro, 27 ago.1954, n.º78, p.5.

HÉLIO Rocha percorre o sul de Minas. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 19 fev. 1954, n.º53, p.5.

INTERCÂMBIO entre o CEPES e os Estados. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 26 jun. 1953, n.º19, p.5.

IVO Andrade percorre o estado da Bahia. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 23 abr. 1953, n.º10, p.5.

KAUTZMANN, Sérgio. Centros Culturais da Juventude. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 20 fev. 1953, n.º1, p.3.

MARIA, João. A tática moscovita. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 28 mai. 1954, n.º66, p.2.

MOREIRA, Araldo. Centros Culturais, a salvação da juventude. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 11 dez. 1953, n.º43, p.4.

PLÍNIO Salgado no Grêmio Cultural Jackson de Figueiredo S.P. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 14 dez. 1956, n.º185, p.4.

ROCHA, Hélio. Agitadores de esperanças. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 13 nov. 1953, n.º39, p.2.

SOUSA, Aníbal Teixeira de. Problemas Brasileiros. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 06 jul. 1956, n.º162, p.7.

SURGE em Cajazeiras o Centro Cultural Padre Rolim. **A Marcha**, Rio de Janeiro, 22 out. 1954, n.º86, p.5.

## Referências bibliográficas:

ABREU, Alzira Alves de (org.). **Imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **The civic culture revisited**. Boston: Little & Brown, 1980.

BAUERKÄMPER, Arnd; ROSSOLIŃSKI-LIEBE, Grzegorz. Introduction. In: BAUERKÄMPER, Arnd; ROSSOLIŃSKI-LIEBE, Grzegorz (Eds.). **Fascism without Borders: Transnational**

Connections and Cooperation between Movements and Regimes in Europe, 1918-1945. New York: Berghahn, 2017, p. 1-38.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (Dir.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. IN: AZEVEDO, Cecília; BICALHO, Maria Fernanda Batista; KNAUSS, Paulo (Orgs.) **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 29-46.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CALDEIRA NETO, Odilon. O neofascismo no Brasil, do local ao global? **Esboços**, Florianópolis, v.29, n.52, p. 599-616, set./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/87065>

CALIL, Gilberto Grassi. A imprensa integralista no pós-guerra: os jornais Reação Brasileira, Idade Nova e A Marcha. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (Orgs.). **Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista**. 2.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017, v.1, p. 375-405.

CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no processo político brasileiro: o PRP entre 1945 e 1965 – cães de guarda da ordem burguesa**. 2005. 819 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino. **Processos Eleitorais no Rio Grande do Sul: o PRP e a construção das alianças políticas de 1958 e 1962**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

CEFAÏ, Daniel. Experience, Culture et Politique. IN: CEFAÏ, Daniel (Org.). **Cultures Politiques**. Paris: PUF, 2001, p. 93-116.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. **A Encyclopédia do Integralismo: lugar de memória e apropriação do passado(1957-1961)**. 2010. 279f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) - Fundação Getúlio Vargas, 2010.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. O integralismo do pós-guerra: o jornal de si mesmo? In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (Orgs.). **Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2019, p. 219-248.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia”. In: Ferreira, Jorge & Lucília A. N. Delgado (Orgs.). **O Brasil Republicano**. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 127-154.

DOTTA, Renato Alencar. **Elementos verdes:** os integralistas brasileiros investigados pelo DOPS-SP (1938-1981). 2016. 308f. Tese (Doutorado)-Universidade de São Paulo, 2016

DOTTA, Renato Alencar. A nova geração integralista no pós-guerra: O I Congresso de Estudantes do Partido de Representação Popular (PRP)-Campinas, 1948. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 29, 2017. Brasília, DF. Anais [...], Brasília, DF: ANPUH, 2017, p. 1-21.

FAUSTO, Boris. **O Pensamento Nacionalista Autoritário (1920-1940)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FICO, Carlos. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento 1946-1964. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem Incompleta: a experiência brasileira**. São Paulo: Sesc / Senac, 2000.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. “Brasil, 1945-1964: Uma democracia representativa em consolidação”. **Locus: Revista De História**, n.24, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20880>.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português**. 2012. 669 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2020.

GRECCO, Gabriela de Lima; GONÇALVES, Leandro Pereira. Introducción: Por qué fascismos iberoamericanos? In: GRECCO, Gabriela de Lima; GONÇALVES, Leandro Pereira (Eds.). **Fascismos Iberoamericanos**. Madrid: Alianza Editorial, 2022, p. 37-64.

GROOPPO, Luís Antonio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HARTOG, François; REVEL, Jacques. Note de conjoncture historiographique. In: HARTOG, François; REVEL, Jacques. **Les usages politiques du passé**. Paris: École Des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001, p.13-24.

MAIO, Marcos Chor. **Nem Rothschild, nem Trotsky:** o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992, 162 p.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)**. São Paulo: Contexto, 2001.

PINTO, António Costa. **A América Latina na era do fascismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021, 155p.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950**. 2000. 360f. Tese (Doutorado em Comunicação)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

SALGADO, Plínio. **Carta de princípios e programa do Partido de Representação Popular**. Porto Alegre: Edição do Diretório Regional do Rio Grande do Sul, 1955.

SALGADO, Plínio. **Compêndio de Instrução Moral e Cívica**. São Paulo: Editora FTD, 5a edição, 1964.

SALGADO, Plínio. **Reconstrução do Homem**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1957.

SANTORUM, Andrelise Gauterio. **Fascismo à brasileira:** juventude e imprensa como instrumentos de doutrinação da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

SIRINELLI, Jean-François. Le hasard ou la nécessité? Une histoire en chantier: L'histoire des intellectuels. **Vingtième Siècle Revue d'histoire**, nº9, p. 97-108, 1986.

STERNHELL, Zeev. Introducción. In: STERNHELL, Zeev; SZNAJDER, Mario; ASHERI, Maia (Orgs.). **El nacimiento de la ideología fascista.** Madrid: Siglo Vintiuno de España Editores, 1998, pp. 1-45.

TANAGINO, Pedro Ivo Dias. **A síntese integral: a teoria do integralismo na obra de Miguel Reale (1932-1939).** 2018. 382p. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

TRINDADE, Hélio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930.** Porto Alegre: Difel, 1979.

VICTOR, Rogério Lustosa. **O labirinto integralista: o PRP e o conflito de memórias (1938 – 1962).** 2012. 302 f. Tese (Doutorado)-Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2012.